

E agora?

Manuel Abranches de Soveral

O governo de coligação dos social-democratas e democratas-cristãos leva já tempo suficiente para se perceber que não tem a vontade ou a capacidade necessárias para reformar e redimensionar o Estado, a única estreita via que nos poderia tirar do buraco em que nos meteu a continuada experiência socialista desde o 25 de Abril. O orçamento para 2013, que supostamente deveria reduzir o *deficit* com 2/3 de cortes na despesa, redundou afinal num insuportável aumento fiscal, que atinge sobretudo aqueles que mais podiam contribuir para a recuperação do país, deixando-os exauridos e desmotivados, e continua a aumentar a despesa do Estado. Não entrando já na questão que trata de saber se o limite do esforço fiscal, uma vez ultrapassado, resulta efectivamente em maior receita, o simples facto de o Estado voltar a crescer, em vez de diminuir, diz tudo sobre a capacidade ou a vontade deste Governo em combater o *monstro*.

Como quer que seja, um Governo, quando suportado por uma maioria absoluta, não pode perder a sua legitimidade em consequência de contestações orquestradas na rua ou na Imprensa. A democracia tem regras e só o seu cumprimento legitima a própria democracia. De outra forma, acabaríamos por abrir caminho até à resistência armada e, em última análise, à guerra civil. Porque, não haja sobre isso quaisquer dúvidas, a maioria silenciosa que apesar de tudo suporta o governo, não ficaria em casa se o normal funcionamento da democracia fosse subvertido.

É claro que a incapacidade deste Governo em combater o *monstro* resulta sobretudo da Constituição, que criou e protege esse *monstro*. Mas justamente não vemos o Governo, nem os partidos que o apoiam, centrar nisso a sua batalha política, ou seja, tornar claro aos portugueses que o Estado social, tal como foi pensado na década de 70 do século passado, é hoje completamente insustentável. É certo que Passo Coelho começou bem, ainda antes de ser eleito para governar, propondo uma revisão constitucional. Mas abandonou o intento às primeiras dificuldades. Do que só podemos concluir que, no fundo,

também o governo está nesta matéria a meter a cabeça na areia e não quer ou não pode reconhecer o que já é evidente para todos aqueles que não se deixem subjugar pelo *wishful thinking*.

Se considerarmos que a terminologia tem história, substância e coerência interna, a dicotomia ideológica entre direita e esquerda é coisa do passado que já não tem hoje, e muito menos terá no futuro, razões estruturais para subsistir, servindo apenas para dificultar a percepção popular das questões fundamentais que na modernidade enformam o dilema político e são raiz das opções a tomar e das alternativas a seguir.

Mas o óptimo é inimigo do bom. Em democracia há que contar com vários *tempos políticos*, distendidos ao longo do tempo e da inteligência, informação e cultura das pessoas, sendo esta, nas suas várias manifestações, uma das principais limitações da democracia, sobretudo no seu corrente modelo ocidental mais demagógico.

Na verdade, um regime que confessa que não vale a pena ter razão antes do tempo reconhece a sua própria inoperância na exigente batalha da globalização e das novas tecnologias, onde tudo se passa vertiginosamente. Se as democracias não podem fazer o devido uso dos seus mais inteligentes, informados e cultos cidadãos, capazes de antever o que é necessário fazer no tempo certo, e tem que esperar que a maioria entenda o problema, então andarão sempre a reboque e em reacção ao que outros, nomeadamente regimes ditatoriais ou empresas e outros interesses económicos menos confessáveis, libertos dessas peias, fazem e decidem em tempo útil.

Dizem os defensores deste estado de coisas que esse é o preço a pagar para viver em democracia. O que a realidade vem demonstrando é que esse preço é demasiado alto, cada vez mais incomportável, e que as democracias por isso se endividam cada vez mais. E que essa dívida, ironia das ironias, está a limitar a democracia de uma forma bem mais insidiosa.

Na verdade, não serão hoje precisas muitas explicações para que a maioria das pessoas possa perceber que o estado a que Portugal e a Europa chegaram se deve sobretudo ao facto de, aqui e lá, não terem sido seguidos no último quartel do século XX os caminhos que os mais inteligentes, informados e cultos apontaram. Pelo contrário, foram seguidos exactamente aqueles caminhos que esses mais esclarecidos avisaram que seriam fatais e nos conduziam em plano inclinado na direcção do abismo.

É a política, estúpido! – dirão os habituais gurus partidários e a sua *entourage* de comentadores, que não são capazes de conceber qualquer estratégia com um horizonte superior a quatro ou cinco anos e, muito democraticamente, lhes importa menos saber quem tem razão e o que é preciso fazer em prol do bem-comum, e mais aquilo que a maioria quer e o que lhes pode render mais votos, mesmo que essa maioria queira coisas impossíveis ou incompatíveis entre si.

Quando o actual 1º ministro disse, numa expressão lapidar - *que se lixem as eleições!* -, pareceu querer romper com este círculo-vicioso de curta duração. Mas, afinal, embora provavelmente as venha de facto a perder, não quis com isso dizer que estava a pensar como devia e se preparava para dar o passo potencialmente suicidário de afrontar o *monstro*; mas tão-só o de subir estupidamente a carga fiscal para poder aumentar um pouco mais o Estado.

A diferença entre um idealista bem-sucedido e um mal sucedido, se bem analisei o registo histórico, está menos no substantivo da utopia e mais na capacidade de acertar o registo do discurso de partida, isto é, na capacidade de ter os pés bem assentes na terra no momento zero da sua aventura proselitista.

Por isso não vale a pena afirmar, como comecei por dizer, que a dicotomia entre direita e esquerda é um conceito do passado, pois não é isso que se verifica na cabeça da maioria dos portugueses ou mesmo dos restantes europeus. Neste momento, comprar essa “guerra” seria justamente um daqueles discursos que deitariam a perder qualquer possibilidade de contacto útil com a população em geral.

Se fiz questão de levantar o assunto, em vez de o esconder, é porque considero essencial um princípio a todos os títulos central no pensamento ontológico e estratégico que nos deve nortear e que deverá constituir a grande revolução comportamental do futuro: os fins **não** justificam os meios.

É minha convicção de que Portugal e a Europa caminham a passos largos para um cenário de crescentes convulsões sociais e que o poder, mais tarde ou mais cedo, cairá na rua, pondo assim fim à democracia. Este é o cenário óbvio se nada de estruturante for feito para o evitar. E não vale a pena deitar sobre os problemas o pouco dinheiro que resta. É da natureza humana uma rapidíssima adaptação às benesses e melhorias e uma péssima e violenta reacção a qualquer retrocesso no bem-bom.

Uma das poucas certezas que tenho é que a natureza humana não muda e que, na sua essência, é má, ou seja, o oposto do mito do “bom selvagem” de Rousseau. Como diria Nietzsche, má aqui é uma questão de perspectiva. É “mau” o leão quando mata a pobre da gazela? A selecção natural, como o nome indica, é natural. Nessa medida, e apenas nela, é o oposto da Cultura.

A Cultura/Civilização é portanto o conjunto de valores e práticas que regem o comportamento de uma comunidade, sobrepondo-se à selecção natural ou lei da selva e refreando e enquadrando a tal imutável natureza humana e os seus instintos naturais.

E quais são, na verdade, os principais valores da Cultura dos nossos dias, os tais que devem prevalecer sobre a nossa natureza? A geral dissolução e relatividade dos valores, princípios, práticas e costumes, sobretudo na sociedade ocidental, obriga afinal a que a questão se ponha nestes termos radicais.

A montante de qualquer esboço ideológico, há hoje que estabelecer ou restabelecer o conjunto de valores essenciais que devem presidir à nossa Cultura e vertê-los nas práticas que os consubstanciem devidamente. Só este código refundador, plenamente aceite e compreendido pela sociedade, pode impor-se sobre a natureza humana de forma imperativa, sem apelo nem agravo, impondo-se também, sem tibiezas, sobre aqueles que, oriundos de outras culturas, aqui queiram e possam viver.

Sobre esta base, este mínimo denominador comum, se podem depois construir as alternativas ideológicas, ou seja, as propostas políticas de organização e gestão da vida em sociedade, desde que estas propostas não ponham em causa essa base constitucional.

Mas, mais uma vez, este caminho, o correcto, não pode ser trilhado, tendo em conta a realidade em que vivemos. O que não impede que deva ser devidamente referido.

Tal como as coisas se apresentam, são muito poucos os caminhos que podem ser seguidos com alguma perspectiva de sucesso para quem, como eu, considera completamente esgotadas as propostas políticas apresentadas por todos os partidos do cenário nacional e muito escassas as virtualidades da democracia, tal como funciona, para nos tirar desta allhada.

Mas como nada fazer não é solução, julgo que chegou o tempo de todos aqueles que comungam de um conjunto de princípios e preocupações se unirem em torno de uma nova formação política.

Tanto mais que, pelo caminho que as coisas estão a seguir, em 2015 o PSD e o CDS certamente vão perder as eleições, em consequência da abstenção de milhões de portugueses desiludidos mas ainda assim não suficientemente estúpidos para votarem no PS, o principal responsável pelo buraco em que estamos e pela criação do *monstro*, ou a embarcar na delirante irresponsabilidade de extrema-esquerda, cujo principal objectivo é o caos, se é que as suas mentes nihilistas concebem esta ideia.

Mais uma vez, a ideia de criar um novo partido, em si a mais pura, se debate com o irrealismo operacional subjacente a semelhante propósito. Porém, como as boas ideias são sempre de aproveitar, outra solução parece bem mais eficaz, seguindo o modelo que no passado uniu uma série de pequenos partidos da extrema-esquerda, ou seja, fazer o mesmo à direita, unindo num novo Bloco de Direita os vários partidos hoje formalmente existentes nessa área política.

Do ponto de vista burocrático o processo estaria muito simplificado. Apesar das dificuldades que certas vaidades podem trazer, julgo que a coisa pode resultar, se prevalecer o bom-senso e sobretudo o sentido de serviço público. Se na extrema-esquerda, que era um saco de gatos, foi possível criar um bloco, porque será que na direita, ainda que também um saco de gatos, isso não seria possível?

Porque, na verdade, importa bem menos o nome do coordenador desse BD e bem mais o rigor e clareza da sua proposta política. Por isso eu, que desde já me excludo de qualquer papel na estrutura liderante desse putativo BD, deixo aqui a ideia e o meu contributo para o seu programa político.

Convém aqui reafirmar que considero a Direita um conceito do passado e que só o uso para facilidade de comunicação, entendendo mesmo que no actual estágio de evolução da nossa população é mesmo imperioso usar esta terminologia, dando-lhe contudo nova substância. Considero também que em Portugal não existe nenhum partido de Direita com representação parlamentar.

Como deixei dito, o BD deve partilhar com os outros partidos e ideologias o conjunto de princípios e valores essenciais da nossa Cultura, devendo mesmo contribuir para melhor os identificar e implementar. Aqui, portanto, vou-me sobretudo debruçar sobre aqueles princípios e valores que devem caracterizar o projecto político específico do proposto BD.

Um dos principais, se não o principal, dos valores que o BD deve propor são as liberdades. Liberdades no plural e não a mirífica liberdade da revolução francesa que tantas liberdades concretas imolou. Liberdades individuais, liberdades das famílias, liberdades das comunidades, liberdade empresarial, enfim, liberdades cívicas e de cidadania. Dir-me-ão que todos os partidos as defendem. É mentira! Porque essas liberdades defendem-se não da boca para fora mas com leis que as protegem e garantem em tempo útil, quer contra terceiros quer sobretudo contra o Estado. E a totalidade dos partidos parlamentares, uns mais do que outros, é verdade, todos defendem (e legislam nesse sentido) um enorme grau de dominância do Estado sobre os cidadãos, defendendo afinal de contas que cabe ao Estado determinar sobre um enorme rol de coisas o que os cidadãos devem ou não fazer e como o devem fazer.

A experiência socialista, corporizada quer pelo PS quer pelo PSD e sedimentada na crescente onipotente e onipresente interferência do Estado na vida das pessoas, tem os seus resultados à vista de todos. O BD deve defender a libertação da sociedade civil e a redução do Estado às suas funções básicas, funções essas que, na sua azáfama de tudo controlar, nem sequer tem desempenhado convenientemente.

A representação externa, a defesa nacional, a justiça, a segurança interna, a regulamentação e a fiscalização do cumprimento das normas são as principais funções do Estado. A justiça está no estado lastimável que todos sabem. A segurança interna não é por enquanto um problema grave, mas isso deve-se bem mais aos brandos costumes nacionais do que à capacidade do Estado de organizar e motivar devidamente as polícias. A fiscalização é impossível, não só porque o edifício legislativo é gigantesco, contraditório e irrealista, mas também porque o Estado é muitas vezes juiz e parte nas causas.

Muitos já clamaram por menos Estado e melhor Estado. Mas na hora de tomar medidas, na hora de legislar, sempre contribuíram para criar mais Estado e pior Estado. Os *slogans* são bons para enganar tolos e sossegar consciências. Mas o que importa são as acções concretas. Se bem que, é preciso ser justo, se não tivesse desaparecido prematuramente o homem (Sá Carneiro) que primeiro defendeu menor e melhor Estado, estou certo que Portugal teria seguido um caminho bem diferente e não estaríamos hoje na situação miserável em que estamos.

Para o BD, o Estado deve ser mínimo mas forte, enxuto mas eficaz, e sobretudo estar ao serviço das pessoas, como deve, e não de si próprio,

como não deve. É preciso recordar que o Estado e as formas de organização social que o antecederam resultaram, na génese, de um acordo social. Os poderes do Estado não são próprios, mas sim delegados.

O BD deve entender que a função reguladora e fiscalizadora do Estado é hoje fundamental e não é devidamente desempenhada. Esta função, que é largamente excessiva no que toca aos cidadãos, muito em resultado de um edifício legislativo asfixiante, torna-se frouxa e incipiente face aos grandes interesses institucionais, corporativos ou económicos. Desde logo, porque o Estado tornou-se cada vez mais um Estado capitalista, proprietário de inúmeros interesses, nomeadamente económicos, pelo que tem imensa dificuldade em regulamentar e fiscalizar em causa própria. Portanto, o BD deve defender que o Estado não pode ter qualquer tipo de propriedade nem beneficiar de qualquer regime especial. A sua função de regulador e fiscalizador assim o exige. Ao Estado não deve ser permitido sequer possuir os edifícios em que estão instalados os seus serviços, que portanto terão de ser arrendados, segundo a lei geral do país. Outro tipo de edifícios e bens, como o património histórico ou museus, por exemplo, serão transformados em entidades autónomas de utilidade pública sem fins lucrativos, portanto fora da alçada patrimonial do Estado, ainda que sejam por ele regulamentadas e fiscalizadas. Como é evidente, as verbas recolhidas dos impostos e outras fontes não são propriedade do Estado mas sim da população, que delega no Estado a sua administração e redistribuição. Só desta forma, completamente liberto das peias da propriedade, e sujeito às leis gerais do país, o Estado está em condições objectivas de efectivamente regular e fiscalizar a economia, sobretudo os grandes interesses.

Esta reforma vem, por outro lado, salvar a democracia do beco sem saída em que se encurralou. Como disse Churchill, *"a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos"*. Na verdade, a democracia tem virtualidades, que é preciso potenciar, e defeitos, que é necessário minimizar. Ora, quando uma democracia funciona aplicada a um Estado centralizador que controla quase 70% da riqueza nacional e mais de 80% da vida das pessoas, todos os seus defeitos e vícios congénitos são potenciados e as suas virtudes são negligenciadas e mitigadas. Para salvar e revigorar a democracia é necessário inverter este paradigma, deixando à democracia aquilo que é da democracia e onde ela é útil e virtuosa, e libertando a sociedade em tudo aquilo que

não tem de ser controlado pela democracia. De resto, nos sistemas correntes, nomeadamente no nosso, contando com a abstenção, apenas cerca de 30% da população pode levar à constituição de uma maioria absoluta. É justo, é democrático, que 30% das pessoas possam determinar 80% da vida da sociedade e controlar 70% da riqueza nacional? E será que esses 30% têm a capacidade suficiente para saber o que é melhor para o país e para os outros? Estas fragilidades próprias da democracia são obviamente muito mitigadas numa sociedade onde o Estado tem um peso residual e não manda de forma esmagadora nas pessoas nem na economia, deixando a sociedade livre. Um Estado que não tenha nenhum controlo directo sobre a economia (mas sim um eficaz papel regulador e fiscalizador) e que apenas controle as grandes questões da vida em sociedade, permite uma democracia que corresponda a uma interferência de cerca de 20% na vida das pessoas, o que justamente potencia as suas principais virtualidades, nomeadamente a resolução pacífica dos inevitáveis conflitos e o consenso social mínimo necessário à vida em comunidade.

O BD não deve ter, contudo, a visão a que se costuma chamar neo-liberal. É verdade que deve defender um Estado mínimo, mas forte, e a devolução das liberdades à sociedade. Mas, porque entende que a sociedade, fruto das experiências socialistas a que foi sujeita, neste momento está infelizmente demasiado massificada e disfuncional, deve considerar que é prematuro e um risco perigoso devolver-lhe de uma vez demasiado poder de decisão. O processo terá de ser gradual.

É evidente que o ideal seria um Estado que cobrasse um centésimo do que cobra hoje aos cidadãos, prestando-lhe em troca um muito melhor serviço naquelas funções que lhe são essenciais, permitindo assim que as pessoas ficassem com dinheiro suficiente para tratarem da sua própria vida. Infelizmente, a sociedade portuguesa ainda não está preparada para tanto.

Assim, o BD deve propor que, desde logo, se separe a Assistência Social da Previdência Social. A Previdência Social consiste num regime contributivo em que os trabalhadores (e as empresas) descontam todos os meses uma certa quantia destinada a constituir um fundo que os proteja na doença, desemprego e reforma. Inicialmente a Previdência Social, como devia, era autónoma. Mas o Estado arranjou maneira de a controlar, ou seja, de ficar com o fundo que era dos trabalhadores que o constituíram. A partir daí foi o caos. O Estado decidiu incluir como beneficiários pessoas que nunca contribuíram e passou a utilizar o

próprio fundo para as suas contas. Por exemplo, neste momento esse fundo é todo aplicado na compra de dívida pública.

O BD deve propor que a Previdência Social seja retirada das gulosas mãos do Estado e seja devolvida aos seus legítimos proprietários. O fundo, bem como todas as regras inerentes (descontos, condições de acesso, idade e condições de reforma, etc.), passaria a ser gerido por uma entidade autónoma, completamente independente do Governo, sendo os seus responsáveis nomeados pela Assembleia da República, por proposta do Banco de Portugal, que fiscalizariam em conjunto.

No Estado ficava apenas a Assistência Social, ou seja, o apoio que todos nós entendemos dar àqueles que, por uma razão ou outra, se encontram dele necessitados. À Assistência Social caberia também o pagamento das pensões e eventuais subsídios do regime não-contributivo.

Como ficou dito, o Estado não podia ter qualquer propriedade, pelo que é evidente que não podia possuir escolas, hospitais e afins. Toda a actual propriedade do Estado nestes sectores seria vendida ou transformada em entidades autónomas de utilidade pública sem fins lucrativos.

Mas, como também ficou dito, mesmo à custa de uma menor descida dos impostos, o BD não devia propor, pelo menos para já, o fim do Estado social ou do Estado providência, embora deva propor o fim do Serviço Nacional de Saúde e do ensino público.

No espírito de um orçamento de base zero, deve considerar, contudo, a conveniência de a sociedade, como um todo, garantir com os seus impostos um fundo para o ensino e para a saúde de todos. Simplesmente, não será o Estado a prestar esse serviço, mas sim a própria sociedade. Esse fundo, pago com os impostos de todos, servirá para criar um seguro de saúde e medicamentoso mínimo para cada um dos cidadãos e a criação de um apoio mínimo para cada estudante.

No que toca à Saúde, ao Estado caberia estabelecer com meia dúzia de empresas do sector as condições e cobertura de um seguro mínimo de saúde e medicamentoso para toda a população, pago e fiscalizado por si. Ao cidadão caberia escolher a seguradora concreta em que queria ficar e, caso quisesse e pudesse, negociar com ela uma cobertura mais alargada, pagando o excesso do seu bolso. Desta forma, toda a população teria a garantia de uma assistência médica e medicamentosa mínima. Como a carga fiscal era muito menor, tinha

disponibilidade financeira para, caso quisesse, completar esse seguro. Tratava-se de uma opção individual. Ou gastava nisso, ou gastava noutra coisa. Mas, pelo menos, não poderia gastar tudo em inutilidades, pois o seguro mínimo estava garantido.

O mesmo sistema se aplicaria ao ensino. Todos os portugueses em idade escolar teriam direito a uma espécie de bolsa de ensino, extensivo à Universidade, se tivessem notas suficientes, ou a qualquer outro tipo de ensino, nomeadamente profissional, nas mesmas circunstâncias. Os alunos seriam livres de escolher os estabelecimentos de ensino da sua preferência e estes de os aceitar ou não. Uma vez aceites, o Estado pagava à respectiva escola o cheque mensal a que eles tinham direito.

As escolas seriam privadas, cooperativas ou entidades de utilidade pública sem fins lucrativos. O Estado (em toda a sua extensão, inclusive autárquica), como ficou dito, não podia ser proprietário de nenhuma nem ter qualquer responsabilidade na gestão. Salvo no caso das universidades, que têm autonomia pedagógica, o Estado, uma vez que pagava, estabeleceria as regras de um quadro mínimo obrigatório de funcionamento (pedagógico e não só), deixando contudo grande margem de liberdade às escolas. E sobretudo fiscalizaria muito bem o cumprimento desse quadro mínimo.

Como é evidente, não só o mercado iria funcionar como, libertas da actual asfixia estatal, muitas escolas evoluiriam para a excelência, outras ficariam a meio caminho e outras, ainda, ficariam no patamar mínimo obrigatório. E, como também é evidente, o custo destas escolas iria ser diferente, quer por imposição da sua qualidade quer em resultado da procura. Significando isto que o cheque estatal provavelmente só daria para pagar as escolas piores. Mais uma vez aos cidadãos caberia a opção de investir ou não no ensino dos seus filhos, pagando o remanescente do seu bolso se os quisessem nas melhores escolas. Mas isso é justamente o que já hoje acontece, em bem piores circunstâncias.

Chama-se a isto, enfim, devolver as liberdades aos cidadãos, e por isso este é o grande valor que deve ser defendido pelo BD. Um Estado pequeno mas eficaz, o apoio social mínimo, suficiente para manter a dignidade das pessoas mas não tão grande que as transforme em dependentes irresponsáveis, e uma carga fiscal razoável, que permita na prática que as pessoas de facto exerçam as suas liberdades.

Esta atitude é aliás extensiva a toda a vida social. Não é possível o exercício das liberdades quando as pessoas não sabem exactamente,

e a todo o momento, com o que podem contar. O nosso actual edifício legislativo é de tal forma complexo, contraditório e intrometido, que ninguém, nem mesmo um especialista, sabe à partida exactamente o que é legal e não é legal nem qual vai ser o sentido de uma decisão em tribunal. Quantas vezes o mesmíssimo caso, mais pormenor menos pormenor, tem decisões judiciais diametralmente opostas. A burocracia, quer do Estado central quer das autarquias, parece ter sido desenhada propositadamente para suscitar a corrupção. Quer a corrupção individual quer a institucional. Porque, por exemplo, quando uma Câmara coloca no seu plano director que em determinado lugar se podem construir prédios de três andares ou, em certas circunstâncias, de cinco andares, e depois não define com rigor quais as circunstâncias exactas em que isso pode acontecer, está objectivamente a convidar à corrupção. O mais das vezes, medidas deste tipo servem para que a autarquia obrigue o proprietário do terreno a ceder parte dele para fazer uma rua ou coisa que o valha, condição sem a qual não leva os cinco andares. Pode dizer-se que o fruto da corrupção é um bem público (será que o bem público precisa de mais aquela rua?), mas não deixa de ser corrupção.

E este exemplo espalha-se à exaustão por toda a administração pública. As regras parecem feitas para nunca funcionar em tempo útil sem a boa vontade de alguém. Por outro lado, muito por culpa da União Europeia, Portugal está cheio de regras para países ricos, que obviamente são insustentáveis e não podem ser cumpridas. Menos Estado e melhor Estado é também isso: é *sair da frente*, reduzir toda essa parafernália de regras e leis a um décimo, claras e exequíveis, e fazê-las cumprir sempre e por todos. Isso sim, permite as liberdades.

Outro valor que o BD deve defender, sem complexos, é o mérito, o risco e o lucro legítimo. Portugal tem a psicose colectiva do coitadinho. E, conseqüentemente, há um exército de coitadinhos profissionais e de profissionais dos coitadinhos. Eu conheço alguns desses coitadinhos profissionais, tipos aliás com uma inteligência acima da média. Especializaram-se em esmifrar o Estado em particular e a sociedade em geral e vivem razoavelmente bem, embora aparentem ser uns desgraçados. Se tornassem produtivo o seu natural engenho, poderiam ir longe. Mas, como sorridente me retorquiu um deles, teriam uma vida desgraçada e todos o roubariam, a começar pelo Estado.

Hoje, qualquer bicho-careta se acha importante se vier perorar a favor dos coitadinhos; e adoram dar esmolas. O coitadinho ganhou um prestígio social invejável, de forma que já nem esse ónus tem. O profissional passeia-se desocupado pelos centros comerciais, praias e outros lugares selectos da nossa cultura citadina, e se estiver a receber do desemprego ou do subsídio de inserção ofende-se de morte se alguém lhe oferecer um emprego que não seja a receber por fora. Quando acaba o desemprego lá vai trabalhar seis meses e não descansa enquanto não o põe na rua. Há já por aí muito jovem que quer ser coitadinho quando for grande.

O desgraçado que trabalha a vida inteira, se não sai da cepa-torta ainda vá que não vá. Se tem mérito, se progride, se passa a ganhar muito mais do que os outros, já começa a ser olhado de esguelha. Se arrisca, se faz sucesso e enriquece, aí desce aos infernos da desconsideração social. Se é honesto, fica até Agosto a trabalhar para o Estado. Se não é, safa-se e talvez leve uma comenda no 25 de Abril ou no Dia de Camões.

Se arrisca e dá com os burros na água, então sim, já passa a coitadinho, merecedor de toda a consideração pública. Sobre o que tem a enorme vantagem de deixar de pagar impostos.

O BD deve tentar inverter esta doentia e perigosa psicose colectiva. A recuperação do país faz-se com os melhores, não com o espírito dos coitadinhos. Recompensar devidamente o mérito, o esforço e o risco é uma prioridade nacional. Todo o tipo de dupla tributação é por isso um erro fatal. E mesmo o conceito de tributação progressiva, sobre ser injusto, é completamente desmotivante para aqueles que podem fazer a diferença.

Aliás, dizer que quem ganha 100 paga 10% e quem ganha 200 paga 20%, como faz o nosso sistema fiscal, só aparentemente é justo. Na verdade, assim, quem ganha 100 paga 10 e quem ganha 200 paga 40, ou seja quatro vezes mais, apesar de só ganhar o dobro. Como é evidente, a mesma percentagem sobre valores maiores já corresponde a um montante maior. A equidade está aí. Aumentar a percentagem não é equidade; é justamente a falta dela. Sendo que a questão não se coloca apenas aqui, mas também no desincentivo que isso provoca.

O risco, por outro lado, só tem razão de ser se por um lado puder conduzir a ganhos consideráveis e, por outro, ao fracasso. Se um e outro são mitigados ou limitados, deixa de fazer sentido.

Mesmo o IMI, bem colocadas as coisas, é um verdadeiro atentado ao direito de propriedade, que é esteio da nossa economia e Cultura. Na verdade, os serviços que os Estado, sobretudo na vertente autárquica, possa prestar à propriedade, são mais do que pagos pelas taxas e impostos que directamente lhe dizem respeito. E só mesmo uma visão comunista/socialista pode conceber um imposto sobre a propriedade, ainda por cima dissociado da sua rentabilidade. E somente um povo alienado e massificado pelo Estado-providência o pode aceitar.

Trata-se, portanto, de recolocar na devida ordem as prioridades. O mérito, o esforço, o trabalho, a honradez, o risco, o empreendedorismo e as devidas recompensas, entre elas a propriedade, devem presidir não só ao reconhecimento social mas também às políticas (não apenas aos discursos) nacionais. Não querendo com isto dizer que o BD deve ser insensível perante aqueles que atravessam dificuldades ou mesmo que ostracize aqueles que voluntariamente decidem alhear-se deste esforço. O seu sentido de liberdades deve ser muito grande e não obrigar à massificação nem à participação forçada daqueles que não se querem esforçar, que não querem trabalhar nem arriscar. É o seu direito e a sua liberdade. Mas também é direito da sociedade não os apoiar para além daquele mínimo da decência e, sobretudo, não fazer deles modelos de qualquer espécie.

Outro valor fundamental que o BD deve defender e já ficou referido reside na convicção de que os fins não justificam os meios. A asserção maquiavélica que tem dominado o Ocidente nos últimos séculos e em boa medida conduziu ao aparecimento do Estado moderno, pode ser apontada como a grande responsável por muitos dos males que nos afligem.

A negação do conceito tem como base filosófica desde logo a convicção de que os fins não são controláveis. Na verdade, quantos não foram os casos, quer históricos quer do dia-a-dia de cada um, em que os fins propostos não foram atingidos, muitas vezes aliás justamente devido aos meios utilizados. Por outro lado, no processo social, um determinado fim não pode nunca ser isolado, constituindo-se sempre como causa de outros efeitos ou fins, numa cadeia infundável e verdadeiramente incontrolável.

O BD deve considerar, portanto, que sobretudo no processo social só os meios podem ser controlados. E que se os meios forem correctos, forem bons, no sentido de que estão conforme os nossos princípios e valores, é

o máximo que podemos fazer. Acessoriamente, deve acreditar que se foram sempre usados meios correctos no final das contas os fins não hão-de ser maus. Como quer que seja, mesmo que pareçam maus, não são mais do que a resultante da aplicação de bons meios, pelo que na verdade não podem ser maus.

Trata-se, afinal, da defesa e valorização de um código comportamental baseado nos valores e princípios fundamentais da nossa Cultura, que em nenhuma circunstância pode ser quebrado. Nenhuma desculpa servirá para fazer aquilo que consideramos errado. E este código tem de aplicar-se quer aos cidadãos quer ao Estado.

Dito de outra forma, o BD não deve querer apenas menos Estado e melhor Estado. Deve querer também que o Estado seja uma pessoa de bem.

Esta atitude, que podemos definir como revolucionária, se bem que apenas nos transporte para esquecidos tempos pré-maquivélicos, é muito mais exigente do que à primeira vista possa parecer. Desde logo, obriga a rever com olhos realistas as nossas actuais regras morais, repletas de santimónia, justamente porque são da boca para fora e não para cumprir.

Esse código de conduta, que balizará os meios utilizáveis, tem de apurar o essencial dos nossos valores, de forma funcional e consciente das implicações práticas do que nos vai ficar vedado. A hipocrisia do faz de conta, do prega uma coisa e faz outra sempre que convém, tudo isso terá de acabar. Apurado o código, será para cumprir em todas as circunstâncias, por muito desejáveis que pareçam os fins se usarmos meios proibidos.

E esta será, na verdade, a outra face da moeda das liberdades: a responsabilidade. Porque, em boa verdade, não existem liberdades sem responsabilidade.

É evidente que o Bloco de Direita apenas poderá, nos tempos mais próximos, exercer um magistério de influência. De resto, a simples existência parlamentar desta voz à Direita, por minoritária que seja, será sempre extremamente útil ao sistema, quanto mais não seja para contrabalançar o autismo dominante da esquerda e da extrema-esquerda. Sendo assim não só um factor virtuoso para a democracia, fundamental ao equilíbrio, mas também, por estranho que isso possa parecer, muito útil para o desenvolvimento da verdadeira natureza do PSD e do CDS.

Mas, por muito inesperada que possa vir a ser a representação parlamentar do BD, estará longe de obter aquela maioria sem a qual nunca poderá ter qualquer tipo de participação efectiva na mudança deste estado de coisas, maioria essa que tem, desde logo, que conduzir à alteração da actual Constituição.

Com esta Constituição socialista/comunista, programática e passadista, nem o PSD pode governar. O primeiro objectivo político concreto do BD, para além do antedito magistério de influência, será portanto a revisão da Constituição. Não para uma Constituição que defenda os seus pontos de vista, mas para um Constituição de todos, que não defenda as ideologias de ninguém em particular, o que vicia, à partida, a democracia. Uma Constituição que defina as regras e os valores básicos, o denominador comum, deixando aos portugueses a decisão de como, a cada momento, se querem organizar como sociedade. E que, inclusive, deixe em aberto a questão do regime, republicano ou monárquico.

Por isso não vale a pena, nesta fase, apresentar um programa político mais pormenorizado. Interessa, isso sim, tornar claro os seus princípios e valores, na certeza de que um futuro programa de governo mais não fará do que implementá-los. De resto, como terá ficado claro, o seu grande objectivo, como governo, será *sair da frente* e deixar a sociedade trabalhar e progredir. Um Estado mínimo mas forte, uma pessoa de bem, regulador e fiscalizador, social quanto baste, cobrando o mínimo de impostos, sem propriedade nem privilégios, sujeito às leis gerais do país, ao serviço das pessoas que lhe pagam e sem razões que os cidadãos desconheçam.

É incontornável, contudo, que o BD desde já tome uma posição sobre as duas maiores questões de fundo da nossa realidade: a Europa e a dívida.

Ao contrário do irrealismo delirante e niilista da extrema-esquerda, que nem vale a pena comentar, e do provincianismo bacoco do PS, para quem tudo se resolve se exigirmos aos credores melhores condições (que não exigiram no devido tempo) e invocarmos e desejarmos ardentemente o crescimento económico (como se isso tivesse bastado quando estiveram no governo, com crescimentos quase nulos no tempo das vacas gordas), o BD deve alinhar na questão da dívida com as posições mais realistas e sustentadas do actual Governo. Com uma diferença substancial: uma vez feita a reestruturação do Estado e

equilibradas as contas públicas; depois de termos acabado com o *monstro* e não necessitarmos de constantes transferências da *troika* para o alimentar, ou seja, quando formos auto-suficientes e gastarmos apenas aquilo que produzimos, devemos, seguindo o princípio de um orçamento de base zero, apurar o montante anual que os portugueses podem dispensar para o serviço e amortização da dívida e, unilateralmente, declarar aos credores que esse é o valor que sustentavelmente podemos pagar, demore a saldar a dívida o tempo que demorar.

No que toca à Europa, o BD deve começar por reconhecer o que hoje é já uma evidência universal: o projecto europeu falhou, pelo menos nos termos em que foi originalmente pensado, e manter o actual impasse é um plano inclinado que nos vai levar todos ao abismo.

Defender neste momento a saída isolada de Portugal quer da União Europeia quer do euro é contudo uma atitude demasiado arriscada, com consequências previsivelmente desastrosas. Assim, o BD deve nesta matéria manter uma posição atenta e actuante, e sobretudo concertar com a Direita europeia uma estratégia comum sustentável, quer seja no sentido de criar uma nova Europa quer da sua eventual desagregação.

Muito haveria a dizer sobre essa nova Europa possível, mas não creio que este seja o momento nem o lugar para o fazer.

Porto, 23.10.2012